



DEBATES

A ASSISTÊNCIA AGRONÔMICA NO ESTADO DO PARANÁ¹

OSMAR MUZILLI²

Uma reflexão pessoal acerca do processo de evolução e perspectivas da assistência agrônômica através da articulação ensino-pesquisa-extensão rural, considerando os últimos 20 anos – período que corresponde à vivência profissional do autor junto ao segmento pesquisa agropecuária no Estado do Paraná.

EVOLUÇÃO DO PROCESSO DE ASSISTÊNCIA AGRONÔMICA DO PARANÁ

DO INÍCIO DE MINHA FORMAÇÃO ACADÊMICA (1964) ATÉ O INÍCIO DA DÉCADA DE 70

O **ensino agrônômico** caracterizava-se pelo enfoque eclético da atividade agropecuária. Buscava-se orientar o acadêmico para um conhecimento abrangente de todo um conjunto de processos/aspectos relacionados com a sua futura atividade profissional.

A especialização seria buscada pelo próprio profissional, segundo os seus interesses e a partir do exercício de suas atividades, quando ele poderia optar (ou não) por setores mais específicos de trabalho, com os quais se sentisse melhor identificado.

A **pesquisa agropecuária** era bastante incipiente e dispersa na época, caracterizando-se por:

- acentuada carência de pesquisadores, em quantidade e qualidade compatíveis com a demanda do meio rural paranaense, onde já se vislumbrava um processo acelerado de expansão e mudanças;
- existência de várias entidades oficiais, atuando de forma isolada e em paralelo no âmbito estadual, tais como: o DPV e o DPA da SEAG-PR (trabalhando com produtos isolados em estações experimentais próprias); o IBPT (concentrando pesquisas em laboratórios); a CERENA (criada especificamente para estudar os recursos naturais de solo e clima, sob o ponto de vista de sua aptidão agrícola); e o IPEAME/MA (criado em 1969 e atuando por produtos isolados, principalmente em estações experimentais);

¹ Palestra apresentada no painel "Propostas do Ensino-Pesquisa para a Assistência Agrônômica", durante o VII Encontro Estadual de Agronomia. Curitiba, 3 de setembro de 1988.

² Pesquisador da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná – IAPAR. Caixa Postal, 1331. 86001 Londrina, Paraná.

- os avanços tecnológicos decorrentes de tais atividades eram dispersos e nem sempre compatíveis com as grandes demandas do Estado.

Ao mesmo tempo, o processo de expansão e mudanças na agropecuária estadual passava a exigir respostas de curto/médio prazo, sob a égide da modernização tecnológica do setor produtivo como um todo.

A **extensão rural** constituía, na época, o principal e mais forte agente da assistência agrônoma paranaense. Criada em 1956, via convênio Brasil/USAID, e assumindo que, a exemplo dos EUA, a extensão rural deveria constituir um elo de ligação entre a pesquisa e o produtor, a ACARPA já tinha escritórios em pelo menos metade do Estado. Num esforço de conjugar o aumento da produtividade agrícola pela intensificação de uso do fator capital, além de atuar junto ao meio rural nos setores de saúde, educação e alimentação, a extensão rural propunha soluções tecnológicas a partir da experiência individual de seus técnicos e, principalmente, pela "importação" de conhecimentos e alternativas tecnológicas geradas por entidades de pesquisa atuantes em outros estados, onde a assistência agrônoma era mais evoluída na época, principalmente São Paulo e Rio Grande do Sul.

A **integração ensino-pesquisa-extensão rural** se baseava muito mais na cooperação entre pessoas do que entre as entidades existentes no Estado. A ACARPA buscava no IPEAME, no IBPT, na CERENA, na SEAG e na UFPr as informações de que necessitava acerca de inovações dos processos produtivos, as quais a pesquisa, via de regra, não tinha condições de suprir. Num primeiro momento, tal situação gerava desconforto, seguido do desencanto e, finalmente, do sentimento da necessidade de mudanças para que os problemas do campo fossem solucionados a partir do desenvolvimento de experiências próprias.

Grupos empresariais mais fortes já buscavam suprir suas demandas através de estruturas próprias de assistência agrônoma, como era o caso da INDUSFIBRA, atuando principalmente junto ao setor algodoeiro e na produção de oleaginosas. Da mesma forma, o IBC proporcionava o suporte de assistência agrônoma à cafeicultura através de estruturas regionais.

AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NA DÉCADA DE 70

O **ensino agrônomo** passou por um fúlgido processo de reforma universitária, embasado na premissa da necessidade de massificação e (pseudo) especialização profissional, com vistas a privilegiar a modernização tecnológica do setor agropecuário, em que se enfatizava o fomento dos insumos de origem industrial para o aumento da produtividade física das lavouras. O processo de massificação do ensino agrônomo levou à criação desordenada de cursos em diferentes regiões do Estado e do País, em locais onde nem sempre havia a infra-estrutura e a massa crítica de profissionais habilitados e experientes para proporcionar a adequada formação acadêmica aos alunos.

A criação do sistema de crédito levou a uma acentuada fragmentação das matérias curriculares em disciplinas estanques, que passaram a ser ministradas de forma isolada, quando na prática elas são interligadas. É o caso do ensino da fertilidade do solo em disciplina separada da conservação do solo.

As escolas de maior tradição e renome redirecionaram o ensino rumo à pseudoespecialização e à pós-graduação, enfatizando disciplinas e atividades de maior interesse para o mercado e a agroindústria, cuja tecnologia de produção se fundamentava cada vez mais em processos químico-mecânicos gerados pelo setor industrial, e onde o fator capital era privilegiado em detrimento dos fatores terra e trabalho.

Na **pesquisa agropecuária paranaense**, surgiu em 1974 o IAPAR, como entidade unificadora do setor, já sob o amparo da modernização tecnológica induzida na agropecuária brasileira como um todo. Ao mesmo tempo, o setor federal passava por profunda reformulação, que culminou com a criação da EMBRAPA.

A principal mudança foi na abrangência do trabalho. Enquanto os institutos até então existentes, como era o caso do IPEAME, tinham abrangência regional, os centros nacionais criados passavam a concentrar esforços nacionalmente, principalmente no enfoque por produto.

Seguindo as diretrizes do modelo EMBRAPA, calcado no exemplo dos centros internacionais de pesquisa, o IAPAR também estruturou suas atividades basicamente em programas de pesquisa por produto. Era a época da implementação do processo de Revolução Verde na América Latina.

A **extensão rural**, também a reboque do processo de modernização da agropecuária, passou a concentrar esforços na tecnificação da agricultura, privilegiando segmentos e atividades de maior expressão para a economia regional, em vez de executar a assistência técnica integral à propriedade rural. A ACARPA já se destacava, desde o final da década de 60, pelas ações de organização das cooperativas, de onde **surgiram grandes conglomerados**, como a COAMO, a COOPERVALE, a COOPAVEL, etc., como produto dessas ações e em decorrência de incentivos financeiros patrocinados pelo BRDE. Tais cooperativas precisavam ter poder de barganha para competir na exportação de produtos como a soja, o café, o algodão, etc., cuja produção se expandia no Estado.

Havia também a necessidade de se constituir um "pool" de fomento e comercialização de insumos modernos e maquinários, como forma de se garantir aos associados a captação de recursos via crédito rural de custeio, subsidiado pela política agrícola do Governo Federal.

Com a organização da COCAP e da OCEPAR nesse período, enquanto entidades congregantes do sistema cooperativista paranaense, a ACARPA afastou-se gradativamente do processo técnico e administrativo das cooperativas.

Ao mesmo tempo, ganhava corpo no Estado e no País as ações de assistência técnica proporcionada pela iniciativa privada. Surgiram as **firmas de planejamento e assistência técnica**, estimuladas por uma política de crédito, cujos agentes financeiros exigiam a elaboração de projetos técnicos como condição para a liberação de recursos, para custeio e investimento em produtos e setores de interesse para o mercado e exportação. Nesse contexto de modernização tecnológica, por um período de aproximadamente 5 anos, pode-se assumir que a eficiência do processo de integração entre a pesquisa e a extensão rural foi satisfatória no Paraná.

Os esforços conjuntos para elaboração dos **pacotes tecnológicos por produto** refletiam razoavelmente bem as aspirações decorrentes do processo de modernização induzido na agropecuária brasileira, via privilegiamento do fomento ao uso de

insumos, para o aumento da produção e produtividade das lavouras e criações de maior expressão econômica.

Tanto o IAPAR – pesquisando por produtos ou processos isolados – como a ACARPA, as cooperativas e as firmas de planejamento – fazendo o papel de ponte entre a pesquisa e o produtor paranaense no processo de transferência de tecnologia – encontravam pontos comuns de empatia e ação. Os médios e grandes produtores, dispondo de crédito barato e abundante, davam suporte às inovações tecnológicas e à abertura de novas fronteiras de expansão ao trabalho da assistência agrônômica.

O público demandante da pesquisa e da assistência técnica era constituído pelas categorias de produtores melhor dotados de recursos de capital e, sobretudo, melhor organizados politicamente através de suas cooperativas e associações. Nessa contingência; as regiões mais carentes, geralmente constituídas por bolsões de pequenos agricultores (com pouco ou nenhum acesso ao crédito, às técnicas preconizadas pela modernização nem aos sistemas de organização cooperativista de caráter empresarial) ficavam marginalizados do processo.

REFLEXÕES E MUDANÇAS A PARTIR DE 1983

O crescimento vertiginoso das cooperativas e das firmas de planejamento acabou por provocar um distanciamento dos órgãos oficiais de extensão rural do processo de assistência técnica, que passou a concentrar seus esforços na linha de organização de grupos informais e comitês educativos nas comunidades. Aproveitando um momento de transição política e econômica, pelo qual passava o País, a extensão rural lançou-se no sentido de dar prioridade às suas ações junto aos mini e pequenos produtores, que não participavam da organização empresarial das cooperativas e associações. Junto aos pequenos produtores, a diretriz da extensão rural consiste ainda hoje em orientar a **organização da população rural**, visando facilitar o acesso do pequeno produtor aos meios de produção, comercialização e informação. Essa ação está pautada na organização de grupos informais até a sua participação em cooperativas, sindicatos e associações, respeitando-se sempre a autogestão dessas entidades.

Há quem diga que a extensão rural teria revisado sua política e diretrizes de trabalho, em virtude do risco de se ter **o criador devorado pela criatura**, já que os produtores de médio e grande porte optaram por receber orientação técnica através das cooperativas e da iniciativa privada. De qualquer modo, a característica de atividades agrícolas diversificadas na pequena propriedade exigiu da extensão rural a retomada do entendimento da **“propriedade agrícola como um todo”** e, portanto, da visão eclética e sistêmica dos problemas da agricultura. Houve, a partir daí, a necessidade de se desenvolverem mecanismos que permitissem adequar o estoque tecnológico disponível às características do estrato da pequena propriedade diversificada. Enquanto a extensão rural cobrava inferências globais sobre a propriedade como um todo, a pesquisa continuava (e ainda continua) a oferecer informações por produtos e processos específicos.

O ensino agrônômico, por sua vez, prosseguia (e ainda prossegue) na formação massificada de profissionais pseudoespecializados, sem dispor dos meios necessários para uma ação mais ativa junto à realidade prevalecente, em que exige-se que cada

profissional possua um determinado nível de conhecimento geral, antes de partir para a especialização em área de interesse.

Tal situação levou à defasagem na **sincronia** entre os setores oficiais de extensão rural, pesquisa e ensino, dando-se início a nova fase de tensão entre os mesmos.

A extensão rural prossegue redirecionando ações na organização social e educativa dos pequenos produtores, independentemente das ações desenvolvidas pela pesquisa no campo tecnológico. A assistência técnica das cooperativas e firmas de planejamento, por sua vez, continua a cobrar da pesquisa soluções tecnológicas para problemas específicos, por produtos ou atividades.

No IAPAR, um processo de **reformulação da pesquisa**, segundo o enfoque sistêmico, foi desencadeado a partir de 1985, na tentativa de dar nova chance aos órgãos de pesquisa e extensão rural paranaense para que retomem sua sincronia em termos de assistência agrônômica. Apesar de institucionalizado, o processo ainda não foi plenamente internalizado nem está consolidado. Caso isso ocorra, o Paraná terá chegado a um novo período de confluência das percepções da realidade, com grandes chances de existir integração mais eficiente e eficaz entre a pesquisa e a extensão rural, no processo de assistência agrônômica. A premissa é de que, através do enfoque sistêmico, a propriedade agrícola como um todo constitua o referencial para diagnóstico das restrições e aspirações, que influem na decisão dos produtores em adotar opções tecnológicas que lhes sejam oferecidas. A partir daí, tanto a pesquisa como a extensão rural estariam atuando mais próximas da realidade do produtor de diferentes regiões, no dia-a-dia do campo, para que os produtores passem a adotar com mais eficiência as inovações tecnológicas ofertadas. Para tanto, é fundamental que haja o devido ajustamento de objetivos, estratégias, áreas de atuação e instrumentos de trabalho entre os setores envolvidos.

Ao mesmo tempo, é urgente a necessidade de melhoria do ensino agrônômico, voltando-o para a visão eclética da agropecuária e, sobretudo, integrando-o à realidade do meio rural, já que o processo continua fragmentado.

SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS

A **crise política e econômica**, pela qual atravessa o País, está a comprometer todo o investimento de recursos públicos e os esforços de consolidação feitos nestes quase 20 anos, de uma estrutura de assistência agrônômica, com vistas a dotar o Estado de um sistema capaz de assegurar a independência tecnológica e sócio-econômica do setor agropecuário.

As especulações em termos de **privatização** da pesquisa e da assistência agrônômica no Brasil são crescentes, a partir do exemplo oriundo de países desenvolvidos do Hemisfério Norte. É o caso da Inglaterra, que já consolidou a privatização plena de seus institutos de pesquisa, como o Weed Research Organization, o Plant Breeding Institute, o National Institute for Agriculture Engineering, etc. O mesmo ocorre nos EUA, onde a pesquisa e a extensão rural, embora tradicionalmente atuando de forma unificada junto às universidades, apresentam um elenco cada vez maior de projetos de pesquisa e assistência técnica direcionados para o interesse das indústrias de insumos e empresas do setor privado, não raro usando estudantes de pós-graduação como mão-de-obra especializada.

No Brasil, perante o clima político e econômico prevalecente, não é difícil inferir que atividades lucrativas de pesquisa e fomento, como a biotecnologia, a criação de cultivares e raças, e a produção de sementes têm chance de privatização imediata. Veja-se o caso da recente quebra do monopólio estatal das sementes de algodão no Paraná, ou os movimentos políticos dos últimos anos, para implantação da lei de proteção de cultivares no Brasil. Da mesma forma, a EMATER está a concentrar cada vez mais sua ação junto aos pequenos produtores; as cooperativas nos seus associados, independente do tamanho de propriedade; e as firmas de planejamento voltam-se para os produtores rurais com condições de pagar, num processo socialmente justo e economicamente racional.

Nesse processo, atividades mais relacionadas ao desenvolvimento rural comunitário ou ao uso e preservação dos recursos naturais e sócio-econômicos, como o caso da assistência agrônômica voltada para a pequena propriedade ou a orientação no uso e manejo mais racional do solo e da água, deverão continuar sendo assegurados pela intervenção do Estado, já que o retorno econômico dessas atividades não permite vislumbrar lucratividade imediata, nem são de interesse exclusivo para determinados segmentos do setor produtivo.

Para o Estado, a estratégia é vislumbrada como facilitadora de suas ações, na administração da demanda dos produtores, ou, até mesmo, como saída para a questão salarial no serviço público. A situação é favorecida pelas deficiências de integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, que perdem sua eficácia pela falta de entrosamento setorial, pelas dificuldades de reciclagem, capacitação profissional e remuneração salarial, além da alta rotatividade de profissionais (sobretudo na extensão rural) e da descontinuidade das políticas governamentais, que têm gerado grandes diferenças nas estruturas físicas e de recursos das entidades.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO E DEBATE

Enquanto simples agentes de assistência técnica, os profissionais da pesquisa se restringem ao papel de mero geradores ou repassadores de tecnologia, sem preocupação com as inter-relações com os demais fatores que interferem no processo produtivo.

Já o papel dos agentes de assistência agrônômica é amplo e demanda profissionais com domínio sobre fundamentos científicos dos diversos fatores de ordem tecnológica, econômica e social, que influem decisivamente não apenas na produção e produtividade agrícolas, mas também sobre a qualidade de vida da população e do meio ambiente.

A iminência de consolidação do processo de privatização de determinados setores da pesquisa e da assistência agrônômica faz com que sejam colocadas algumas questões para análise e debate pela categoria de profissionais da ciência agrônômica:

Até que ponto existe coerência em se fragmentar e se desfazer de todo o processo de geração e transferência de conhecimentos, que foi criado com recursos públicos para melhorar a produtividade agrícola e a qualidade de vida da população e do ambiente?

Afinal de contas, apesar dos percalços mencionados, no Estado do Paraná exist-

DEBATES

tem evidências concretas de que a ciência agrônômica tem mostrado bom desempenho nos campos da pesquisa e da assistência aos produtores.

De que forma a privatização do setor permitirá assegurar a proteção e preservação dos recursos naturais e sócio-econômicos ainda existentes e a continuidade do avanço científico e tecnológico da agropecuária brasileira?

De que forma a privatização do setor possibilitará ampliar a conscientização profissional e o intercâmbio de idéias para superação dos riscos de subordinação da agricultura brasileira aos interesses privados de manutenção da dependência tecnológica e econômica da Nação?